



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CLARA OLIVEIRA BRITO PEIXOTO

**AMOR PARA QUE(M)? RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA ALÉM DA
MONOGAMIA**

Juazeiro do Norte
2019

CLARA OLIVEIRA BRITO PEIXOTO

**AMOR PARA QUE(M)? RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA ALÉM DA
MONOGAMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para a obtenção do
grau de bacharelado em Psicologia.

Orientador: Joaquim Iarley Brito Roque

Juazeiro do Norte
2019

CLARA OLIVEIRA BRITO PEIXOTO

**AMOR PARA QUE(M)? RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA ALÉM DA
MONOGAMIA**

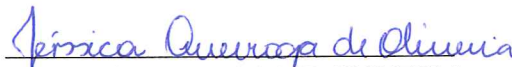
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para
obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 05 / 12 / 19

BANCA EXAMINADORA



JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE
Orientador(a)



JESSICA QUEIROGA DE OLIVEIRA
Avaliador(a)



INDIRA FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA
Avaliador(a)

AMOR PARA QUE(M)? Relações contemporâneas para além da monogamia

Clara Oliveira Brito Peixoto¹

Joaquim Iarley Brito Roque²

RESUMO

Considerando que as vivências amorosas se constituem como grande parte de demandas clínicas e psicológicas, aqui serão exploradas novas configurações de amor dentro de uma perspectiva libertária que contribua para a construção de um amor expansivo e para o processo de crescimento psicológico do indivíduo. Utilizando como referência as contribuições de Carl Rogers para a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), acredita-se no potencial para mudança de cada indivíduo e na tendência ao crescimento, o presente trabalho pretende investigar se os modelos amorosos não monogâmicos se constituem em experiências de efetivação da liberdade, compreendendo o processo histórico e formador da monogamia, mostrando desde a inexplorada ideia do casal monogâmico, a instalação do patriarcado, até as novas formas de se relacionar amorosamente na contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, onde serão utilizados materiais acerca do tema encontrados nas bases de dados Scientific Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Google Acadêmico, através dos descritores estabelecidos. Observou-se através do contexto histórico e cultural da monogamia, que esta se constrói através de estruturas e instituições sociais que implicam nas relações conjugais e na maneira como vivenciamos o amor. Existindo, ainda, uma grande dificuldade em definir ou descrever todas as formas de amar da atualidade já que cada indivíduo possui uma maneira diferente de amar e de se relacionar. Frente as possibilidades de pesquisas que podem ser desenvolvidas ao considerar o amor enquanto uma construção social sujeita a transformações, principalmente na modernidade, tem-se o modelo patriarcal como limitante das possibilidades de serem elaboradas, desenvolvidas e aplicadas novas configurações de amor. Tornando-se relevante, ainda, observar os contextos sociopolíticos e econômicos em que estão inseridos os indivíduos.

Palavras-chave: Monogamia. Amor. Relações. Abordagem Centrada na Pessoa.

ABSTRACT

Considering that love experiences constitute a large part of clinical and psychological demands, here new configurations of love will be explored within a libertarian perspective that contributes to the construction of an expansive love and to the process of psychological growth of the individual. Using Carl Rogers' contributions to the Person Centered Approach (PCA) as a reference, where we believe in each individual's potential for change and growth tendency, this paper aims to investigate whether non-monogamous love models are experiences. of the realization of freedom, understanding the historical and formative process of monogamy, showing from the unexplored idea of the monogamous couple, the installation of patriarchy, to the new ways of lovingly relating in contemporary times. This is a qualitative bibliographic research, which will be used materials on the subject found in the databases Scientific Library

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: clarabritopeixoto@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: joaquimiarley@leaosampaio.edu.br

Online (SciELO), Electronic Journals in Psychology (PePSIC) and Google Scholar, through the established descriptors. It was observed through the historical and cultural context of monogamy, which is built through social structures and institutions that imply marital relations and the way we experience love. There is also great difficulty in defining or describing all forms of love today as each individual has a way of loving and relating. Given with the possibilities of research that can be developed by considering love as a social construction subject to transformation, especially in modernity, there is the patriarchal model as limiting the possibilities of elaborating, developing and applying new configurations of love. It is also relevant to observe the socio-political and economic contexts in which individuals are inserted. **Keywords:** Monogamy. Love. Relations. Person Centered Approach.

1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a construção cultural do amor nas sociedades modernas, principalmente por não acreditar nas formas convencionais de se relacionar amorosamente e também daquilo observado em experiências acadêmicas, entende-se que o patriarcado utiliza-se da monogamia como instrumento de controle social que, segundo Belmino e Costa (2015), acaba por intensificar sentimentos, medos e angústias que contribuem para uma inibição de desejos e de autenticidade do indivíduo, principalmente do feminino.

Considerando que esses sentimentos e vivências amorosas se constituem como grande parte de demandas clínicas (BELMINO; COSTA, 2017), é aqui explorado novas configurações de amor dentro de uma perspectiva libertária que contribua para a construção de um amor expansivo para além de rótulos e proibições geradas pela ordem normativa da monogamia e que contribua ainda para o processo de crescimento psicológico do indivíduo se percebendo na experiência do contato com o outro e na efetividade de suas potencialidades para uma libertação pessoal e social para ser o que se é.

Pensando nisso, procura-se entender na presente pesquisa qual o lugar da liberdade nos relacionamentos não monogâmicos, tendo como objetivo investigar se os modelos amorosos não monogâmicos se constituem em experiências de efetivação da liberdade, compreendendo o processo histórico e formador da monogamia, já que segundo o conceito de Costa (1998), o amor é uma crença emocional sujeita a mudanças e que corrobora com a ideia de Lins (2012) sobre as transformações históricas do amor, mostrando desde a inexplorada ideia do casal monogâmico, a instalação do patriarcado, até as novas formas de se relacionar amorosamente na contemporaneidade.

Pretende-se também descrever como se configuram essas novas formas de amor, em que Giddens (1994) aponta para a transformação da intimidade através dos processos de emancipação feminina e equidade entre os sexos que contribuem para uma quebra nas relações

tradicionais, fazendo emergir novas formas de se relacionar com uma variedade de escolhas e possibilidades.

Por fim, tendo em vista as contribuições de Carl Rogers para a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), onde acredita-se no potencial para mudança de cada indivíduo e na tendência natural ao crescimento, o contato entre terapeuta e cliente se faz de grande importância para a liberação dessas potencialidades. E, para que isso aconteça, a ACP aponta para três condições básicas dentro do processo terapêutico, a aceitação positiva incondicional, empatia e congruência, que contribuem não só para a clínica, mas para todo e qualquer relacionamento (ROGERS E ROSENBERG, 1977), o que torna possível compreender como esses fatores terapêuticos possibilitam a efetivação da liberdade.

Esta pesquisa se faz de grande relevância social ao contribuir para questões relacionadas a violência de gênero e preconceito, produzindo material para que profissionais da área de Psicologia possam melhor conduzir e acolher problemas relacionados a essas novas configurações amorosas e a relacionamentos abusivos, que se constituem majoritariamente por relações monogâmicas, contribuindo ainda para um viés de conhecimento e reflexão acerca dessa quebra de normas sociais expandindo as definições e experiências amorosas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, onde foram utilizados livros, artigos, anais e revistas acerca do tema encontrados na base de dados Scientific Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Google Acadêmico. Através dos descritores “amor”, “monogamia”, “contemporaneidade”, “liberdade” e “Abordagem Centrada na Pessoa” orientada por critérios que considerem relevantes pesquisas desenvolvidas nos últimos 10 anos e redigidas na língua portuguesa. Entretanto, no decorrer da pesquisa foram encontrados novos artigos e publicações considerados pertinentes ao tema e, portanto, utilizados mesmo que ultrapassasse o período inicial determinado como critério de relevância. Pretende-se excluir as publicações voltadas ao âmbito jurídico e legislativo, bem como aquelas que especifiquem a orientação sexual dos indivíduos, tendo em vista que a pesquisa realizada pretende investigar questões pertinentes às formas de se relacionar amorosamente, independente de gênero ou orientação sexual.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA MONOGAMIA

O amor, segundo Costa (1998, p.12), “é uma crença emocional e, como toda crença emocional, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida.” Portanto, faz parte de uma construção social e está passível a mudanças através dos

diversos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais está inserido. Tal sentimento se apresenta de uma forma diferente a cada época da História, como afirma Lins (2013) em sua pesquisa sobre as modificações das experiências amorosas ocidentais ao longo das épocas.

Na Pré História, de acordo com a mesma autora, não existia o matrimônio. A união entre os indivíduos era vivenciada em grupo, onde era completamente desconhecida a ideia do casal monogâmico, não havendo submissão entre os gêneros e as crianças eram criadas por várias mães e vários pais, existindo apenas uma linhagem materna, já que não se entendia qual o papel reprodutor do homem.

Com a sociedade mais organizada através da agricultura, no período Neolítico, boa parte dessa liberdade Pré Histórica acaba se perdendo. Os avanços civilizatórios, as relações, as condições de vida e as divisões de trabalho, principalmente para as mulheres, começam a se modificar, de forma em que o homem se torna responsável pela segurança e a caça, enquanto às mulheres são atribuídas a colheita e o cuidado com os filhos. A partir daqui se inicia também o conhecimento sobre as causas da reprodução, que até então eram desconhecidas e característica exclusiva das mulheres, introduzindo o homem como o patriarca, já que agora era entendido da sua participação para o nascimento de uma criança (LINS, 2013).

Em consequência disso, a instauração do modelo patriarcal promove o entendimento de que as mulheres seriam inferiores aos homens. Esse sistema divide a humanidade em duas partes, determinando com clareza aquilo que é masculino e feminino, colocando um contra o outro e como consequência colocando o próprio indivíduo contra si, pois para corresponder ao ideal masculino é preciso rejeitar uma outra parte de si e vice-versa. O lugar de conhecimento, energia mental e força física era dado ao homem, para a mulher restava os afazeres domésticos, possuindo ainda um valor mercadológico, já que poderia ser vendida, comprada ou trocada (LINS, 2013).

Essa dominação, muito se dava através do controle da fecundidade e da repressão sexual que as mulheres estavam sujeitas, tendo em vista que a sexualidade encontra-se intimamente ligada às relações de poder, sendo “uma elaboração social que opera dentro dos campos de poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta.” (GIDDENS, 1993, p.33).

Embora essa repressão sexual afete tanto a homens como mulheres, em consequência dessa divisão da humanidade que delimitou os papéis sociais do que é ser homem e do que é ser mulher, criando um ideal a ser alcançado por ambos os sexos e reprimindo aspectos da personalidade para atender a exigências sociais (LINS, 2013), a mulher está evidentemente caracterizada enquanto inferior e submissa ao poder e dominação do homem.

Na Grécia, com a emergência de centros industriais, as relações dentro do lar passam a se transformar. O homem deixa de existir enquanto centro do ambiente doméstico, passando pouco tempo em casa e ocupando espaços como o mercado, praças e bordéis, e a mulher tão submissa a dominação do homem que não possuía sequer direitos políticos e legais, apenas aquele onde gerar e criar descendentes legítimos e herdeiros seja prioridade (LINS, 2013).

O homem, da mesma forma, tinha como dever para o Estado e a religião ter filhos, “o casamento tinha como finalidade apenas o aumento da prole e os cuidados com o lar” (LINS, 2013, p.50), eram pautados em valores de aumento de riquezas, poder, organização social e preservação de patrimônios, nutridos pelo mito do amor romântico que passa a atribuir alguns preceitos e normas aos relacionamentos amorosos (BELMINO; COSTA, 2017).

A expansão do cristianismo, na Antiguidade Tardia, também contribuiu para o domínio e poder sobre os indivíduos através do casamento, já que é nessa época que surge uma ligação entre o pecado e a carne, gerando um sentimento de culpa em relação ao prazer sexual. Cria-se então, regras para a união sexual que atribuía uma certa permissividade ao amor carnal, ainda que mantivesse o controle das relações (LINS, 2013). A igreja passa a introjetar a moral cristã, onde não se sustentava a ideia de castidade absoluta e, para ceder ao desejo e ao prazer, transforma o matrimônio em sagrado, monogâmico e eterno, passando a ser instituído como lugar legítimo para uso dos prazeres desde que também resultasse no seu objetivo final da procriação (ARAÚJO, 2002).

Com a descentralização do poder da Igreja e as transformações advindas da Idade Média, o amor passa de unilateral (amor a Deus) para um amor recíproco, onde se idealizava uma relação amorosa entre o homem e a mulher conhecida como amor cortês, estabelecendo um lugar de objeto inatingível para a mulher, de nobreza ao homem e de fidelidade entre os amantes. O homem tenta de forma nobre e corajosa fazer de si merecedor da mulher, se colocando em uma total submissão a sua amada e se tratando, quase sempre, de um amor adúltero, trazendo para essa estrutura ao mesmo tempo o sofrimento e a satisfação. É aqui nesse período que a maneira de vivenciar o amor influencia de forma mais intensa a nossa cultura (LINS, 2015).

A revolução burguesa muito contribui para essa queda do poder religioso e para as modificações dos ideais de amor e de casamento. Esse novo ideal impõe expectativas a respeito do amor e da felicidade no matrimônio, criando uma armadilha para os casais na medida em que essas expectativas não são atendidas (ARAÚJO, 2002). Surge então, como uma evolução do amor cortês, o amor romântico, que segundo Lins (2015) é construído não na relação com a pessoa real, mas sim com o que se inventa de acordo com suas necessidades, sendo muito

propagado até hoje por histórias que apresentam um ideal masculino, fazendo com que muitas mulheres ao invés de desenvolver suas potencialidades e buscar relações de trocas igualitárias e de respeito mútuo, continuem na busca incansável por esse homem ideal.

Esse amor, de acordo com Giddens (1993), se projeta em dois sentidos: apoia-se no outro, o idealiza e projeta um curso do desenvolvimento futuro. Os fatores que contribuem para o surgimento desse amor, afetam principalmente as mulheres, com a criação do lar, as transformações das relações entre pais e filhos e a maternidade. Por isso, cabe aqui enfatizar a importância da revolução sexual e emancipação feminina através da pílula anticoncepcional na década de 60 que, de acordo com Lins (2015), impossibilitou ao homem o controle sobre a fecundidade da mulher e proporcionou a prática sexual pelo prazer, separando-a dos fins apenas de procriação.

A monogamia, segundo Belmino e Costa (2017), se constitui então a partir dessas estruturas sociais que atribuem um ideal romântico nutrido de imposições e de uma ordem moral, que se apresenta como a única forma natural de relacionamento humana. Expressa, ainda, um discurso de exclusividade consentida que não se relaciona diretamente com o amor, “mas sim a uma superexigência moral de controle do corpo, de higiene das relações sexuais e da transposição do prazer para o regime da propriedade privada” (BELMINO; COSTA, 2017, p.84).

Assim, de acordo com Gómez (2011), a monogamia é um sistema que opera no imaginário social e que controla as relações de amor influenciando nosso modo de viver, onde o poder sustenta uma repressão em volta da sexualidade e das afeições. A partir do momento que começa a se explorar novas formas de se relacionar há uma quebra nessa imposição social, abrindo espaços para outras possibilidades de vivências amorosas, de sentimentos e da sexualidade.

Os movimentos feministas e a luta pela emancipação feminina muito contribuíram para essa quebra de imposições e ordem normativa das relações amorosas. Segundo Rodrigues (2001) citado por Bittencourt (2015), às primeiras organizações feministas surgiram em meados do século XVIII, acompanhando desde muito cedo a emergência do amor romântico, onde a primeira onda feminista ficou conhecida pelas sufragistas e era principalmente baseada pela corrente política do liberalismo.

A partir da Revolução Francesa, às mulheres tentam conquistar as liberdades que eram concedidas ao homem no âmbito social e político (SAFFIOTI, 2013), buscando a igualdade de direitos principalmente no que se refere às lutas por melhores condições de trabalho e a representação política pelo direito de votar e ser votada, já que o sufrágio universal e a

ampliação da democracia não incluía às mulheres, sendo a princípio uma conquista apenas dos homens da classe trabalhadora. Entretanto, apesar do reconhecimento do sistema social e político, tanto capitalista como socialista, dessas conquistas sobre a cidadania, há um declínio dos movimentos feministas já que seu objetivo do direito ao voto havia sido atingido (ALVES; PITANGUY, 1985).

Às mulheres, no entanto, se tornam necessárias ao momento econômico vivenciado através da sua inserção cada vez mais acentuada no mercado de trabalho pois, com o surgimento de uma nova guerra mundial, a mão de obra masculina precisaria ser liberada para tomar a frente nas batalhas. Só então com o fim da guerra é que o homem retorna ao âmbito do trabalho e a diferença entre os papéis de gênero é mais uma vez enfatizada (ALVES; PITANGUY, 1985).

É a partir dessa diferenciação e reforço aos papéis culturais e sociais, que às mulheres buscam retomar a luta pelos direitos e igualdade entre os sexos, dando início a segunda onda feminista que denuncia principalmente o patriarcado enquanto modelo de organização social que se sustenta a partir da dominação masculina. Nesse contexto, o movimento feminista ultrapassa a esfera privada, se estendendo a todos os espaços sociais e discutindo questões acerca do sexo, da orientação sexual e das diferenças entre os gêneros (BITTENCOURT, 2015).

Assim, com a entrada das mulheres no mundo do trabalho, o seu interesse por reflexões acerca do seu desenvolvimento intelectual, profissional e político, seu desejo por independência e autonomia, inaugura-se uma ruptura quanto aos valores definidos enquanto femininos e que influenciam diretamente na relação de poder e dominação entre os gêneros.

As transformações ao longo da história contribuem para a construção de modelos culturais e sociais que estruturam e constituem comportamentos individuais e divide os sujeitos que compõe a sociedade. Com o amor não seria diferente, ele se caracteriza enquanto construção social que vem se modificando ao longo das épocas e que influencia o nosso modo de se relacionar afetivamente, impondo normas, rótulos e costumes que limitam o indivíduo na efetividade de seus desejos e ações, principalmente no que se refere a repressão da sexualidade devido à grande divisão dos papéis de gênero que implicam em relações de poder e dominação.

Com a efervescência dos grandes movimentos feministas, como já comentado anteriormente, às relações entre os gêneros começam a se modificar e atribuir novos paradigmas culturais. Segundo Lins (2013), não só a luta feminista contribui para isso, mas movimentos de contracultura como um todo, a exemplo do Movimento Hippie, do Movimento Gay e da Revolução Sexual que suscitam uma desconstrução de padrões e preconceitos sociais.

A segunda onda feminista, abrange principalmente questões relacionadas à sexualidade, gênero, orientação sexual, sexo e família, ampliando-se o movimento e elevando a voz de mulheres negras que anteriormente eram excluídas da própria luta devido ao caráter burguês que se tinha (BITTENCOURT, 2015). É a partir dessa nova onda que começa a se desmistificar os papéis sociais considerados naturais ao homem e às mulheres, questionando a ideia de que ambos estariam predeterminados a cumprir tarefas específicas de cada sexo (ALVES; PITANGUY, 1985), sendo possível compreender que essa diferenciação que acentua as relações de poder faz parte de uma construção cultural que se baseia em critérios sociais.

Assim, o feminismo da época, levantou questões que perduram até hoje e que impulsionou a luta das mulheres por uma desconstrução do gênero, do corpo e da sexualidade, procurando denunciar e modificar a construção social e naturalizada da imagem da mulher (ALVES; PITANGUY, 1985), o que implica na possibilidade de compreensão da condição do que é ser mulher e portanto das relações provocadas pelo gênero (STREY; CABEDA; PREHN, 2004).

Relacionando-se aqui as questões de gênero tão levantadas pelos movimentos e críticas feministas, entende-se que este se refere a uma construção social do sexo que justifica a desigualdade social através da distinção biológica. À posição que ocupa a mulher diante da função reprodutora do seu corpo atribui a ela uma certa qualidade cultural, ao mesmo tempo em que se espera que a qualidade do ser enquanto homem esteja associado às esferas da vida pública, a energia mental e a força física, indo de ideia completamente contrária a fragilidade que é atribuída às mulheres (HEILBORN, 2002). Assim, ambos fazem parte de um construto social que não diz respeito apenas ao campo biológico, mas a realidade cultural que é instaurada na vida humana.

É importante pensar que, para compreender o lugar que ambos os gêneros e suas relações ocupam na sociedade, é preciso observar tudo o que se construiu em cima dessa diferenciação biológica entre os sexos. Pois, de acordo com as funções exercidas por cada sexo existe também um papel, pré estabelecido pela sociedade, a ser desempenhado por cada um, onde nos moldam através de padrões comportamentais, de relacionamentos, de roupas e maneiras de se portar, percebendo-se aqui que é no âmbito das relações, dos arranjos e representações sociais que se reproduzem discursos de desigualdade e se constroem os gêneros (LOURO, 1997).

O gênero, no entanto, se constitui como parte da identidade dos sujeitos, que como algo mutável, ultrapassa o simples desempenho de papéis na sociedade. Essa identidade, para Hall (2006), tem se transformado ao longo dos séculos e deixada de ser vivenciada enquanto algo

único e imutável, passando a assumir uma pluralidade de identidades possíveis que compõem o indivíduo na pós modernidade, estando este, sujeito a assumir diferentes identidades em diferentes momentos. São os diversos grupos sociais e representações culturais como o gênero, a etnia, sexualidade, raça, etc, que nos constituem enquanto sujeitos e que nos dão um sentido de pertencimento.

Giddens (1997) corrobora ainda com a ideia de que a identidade é limitada por normas pré estabelecidas e pela própria tradição social, onde a modernidade oferece uma identidade móvel a partir do rompimento com essa ordem dita tradicional em que o eu torna-se cada vez mais reflexivo abrindo-se para diversas possibilidades de escolhas e promovendo um senso de autonomia e responsabilidade do indivíduo.

Às identidades de gênero, de maneira similar, também estão em constante transformação, onde os indivíduos vão se construindo e ocupando lugares na sociedade que se ajustam às formas de ser e estar no mundo através de relações permeadas por símbolos, discursos e representações distintas (LOURO, 1997), sendo ainda entendida como “uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 1990 , p.39), onde, segundo a mesma autora, esta seria performativamente constituída, problematizando então e desconstruindo a estrutura binária do sexo e gênero enquanto masculino e feminino. Pois, essa relação supõe uma lógica natural e imutável para cada gênero e a ideia de que ele derivaria do sexo biológico.

Essa lógica, segundo Louro (1997), presume que há apenas uma única forma de relação entre homens e mulheres, tendo em vista a dinâmica do poder constituída entre um núcleo dominante e outro dominado. Mas, os indivíduos constituintes dessa divisão são, para além de apenas homens e mulheres, “mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos (...)” (LOURO, 1997, p. 13), que vai movimentar essa lógica dicotômica e abrir espaço para a compreensão e inclusão das mais variadas e diferentes formas do que se construiu socialmente enquanto masculino e feminino.

3 NOVAS CONFIGURAÇÕES DE AMOR NA CONTEMPORANEIDADE

Através do que já foi discutido até aqui, é possível perceber às intensas transformações que a sociedade tem passado ao longo das épocas através de lutas e movimentos políticos que questionam e problematizam padrões socioculturais e contribuem para uma quebra de paradigmas estruturais, onde os movimentos de contracultura tornam-se essenciais para o impulso dessas transformações e que, segundo Lins (2013), contestam costumes, padrões,

tradições, preconceitos e às instituições sociais como um todo, recusando o modo de vida burguês e a submissão ao sistema.

O movimento Hippie, enquanto movimento de contracultura, também influenciou as transformações ao longo da história e principalmente a implantação de novos paradigmas em relação ao sexo, o casamento e a família, surgindo uma maior permissividade e efetivação de liberdade (LINS, 2013). Foi no início da década de 60 que esse movimento surge com uma proposta de transformação do sistema, reivindicando grandes mudanças na vida social e, para isso, recusam a sociedade de consumo do capitalismo e se propõe a transformação de si mesmo, de um próprio estilo de vida que, de acordo com Silva et al (2015), luta pela liberdade de expressão e de escolhas de vida sem repressões e limitações.

Junto a esse movimento, a Revolução Sexual surge principalmente pelo seu interesse no sexo com o objetivo de diminuir a repressão sexual, onde buscava-se erradicar a inibição e a frustração (LINS, 2013). Essa repressão era entendida como grande causa de problemas emocionais, onde Reich (1976), que acreditava na liberdade e na saúde sexual como sendo a mesma coisa, afirma que:

Quem eliminou a própria sexualidade desenvolve formas muito diversificadas de autodefesa moral e estética. Se os doentes readquirem o contato com suas necessidades sexuais, também as diferenciações neuróticas desaparecem. A reação diante duma vida sexual natural em todos se torna mais ou menos equivalente; isso vale principalmente para a afirmação do prazer e perda do sentimento de culpa sexual. O conflito anteriormente insolúvel entre exigência impulsional e inibição moral obrigava o doente a pautar todas as suas ações de acordo com os ditames duma norma que pousava acima ou além de sua pessoa. Tudo o que fazia e pensava era medido pelo padrão moral que tinha estabelecido para si; ao mesmo tempo ele protestava contra isso (REICH, 1981, p. 20-21).

Desse modo, a moral sexual cria barreiras que impedem o desenvolvimento da sexualidade sadia e natural, fazendo com que o combate a repressão e a busca pela liberdade sexual desse movimento se torne também uma busca pela saúde psíquica do indivíduo.

Muito do que compõe o nosso ser enquanto crenças, valores, identidades e comportamentos sexuais é estabelecido por relações de poder que moldam os indivíduos através de comportamentos que a sociedade considera como admissíveis ou inadmissíveis (LOURO, 1997) e que, de acordo com Foucault (1993), esse poder está intimamente relacionado à sexualidade e caracterizado enquanto um estímulo repressor que gera corpos controlados e dominados pelos sistemas econômicos e de produção. Portanto, uma libertação da expressão sexual poderia gerar uma autonomia de amplo alcance diante da civilização moderna considerada como repressiva (Giddens, 1993).

A sexualidade, através da imposição burguesa, é apreendida pelo matrimônio e integrada a função reprodutora, mantida em segredo nos espaços sociais e fazendo crescer uma intensa repressão (FOUCAULT, 1993). Ela é, segundo Weeks (2000), formada pela junção de preocupações do nosso campo intrínseco e social, sendo interligadas pelo corpo e suas possibilidades, em que “O sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas.” (WEEKS, 2000, p. 27).

A Organização Mundial de Saúde (2015) define ainda a sexualidade enquanto:

Um aspecto central do ser humano ao longo da vida [que] abrange sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressas. A sexualidade é influenciada por a interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, fatores religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Fortalecendo assim, as ideias expressas ao longo da pesquisa e entendida como um aspecto constituinte do indivíduo, para muito além do que apenas o instinto sexual em si, mas uma composição de fatores biopsicossociais e espirituais que, portanto, estão interligadas às relações de poder atuantes da sociedade moderna.

Giddens (1993), através dos conceitos de Reich, destaca ainda a repressão sexual como fator significativo para o sofrimento do indivíduo na modernidade de maneira que “A sexualidade, expressa de modo adequado, é a nossa principal fonte de felicidade, e quem é feliz está livre da sede de poder.” (GIDDEENS, 1993, p.177), sendo esta, um lugar de lutas políticas e uma possibilidade de libertação.

Além da sexualidade, às transformações sociais revelam diversas modificações no indivíduo e em suas relações amorosa, existindo uma intensa busca por emancipação, igualdade e liberdade de escolhas pelas diversas possibilidades oferecidas na modernidade onde, para Giddens (1993), existe uma influência revolucionária dessas transformações sobre às instituições sociais. Cabe aqui apontar o casamento como uma dessas instituições que herda os ideais do amor romântico e estabelece relações heterossexuais, monogâmicas e de co-dependência como padrão normativo e que influenciam nos nossos sentimentos, emoções e vivências pessoais.

Sabendo entretanto que, a monogamia não existe enquanto única e natural forma de relacionamento humano, Giddens (1993) aponta para a transformação da intimidade onde não mais o amor romântico impera, mas o amor confluyente entra em cena como uma abertura de

um indivíduo para outro que espera igualdade entre às trocas de doação e recebimento emocionais, não mais em busca de uma pessoa ideal ou especial mas sim de um relacionamento especial, que se aproxima do que o autor chama de relacionamento puro no qual:

Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem (GIDDENS, 1993, p.69).

Assim, muitos relacionamentos não monogâmicos, buscam por essas igualdades e independência que, segundo Kessler (2013), pregam a liberdade sexual ou afetiva e dão reconhecimento e visibilidade a todos os indivíduos da relação, fortalecendo às escolhas individuais por conta da crescente liberdade de manifestação subjetiva.

Ainda de acordo com a autora, há diversas possibilidades de se relacionar que se diferenciam entre elas, mas que discorrem sobre a efetivação da liberdade de escolha e expressão do indivíduo. Algumas delas serão abordadas em seguida, entendendo-se ainda que este se configura como um assunto relativamente novo e que algumas maneiras de se relacionar podem não ser citadas aqui, além do fato de que esses modelos não podem ser tratados como imperativo do campo das relações, tendo em vista que a efervescência dessas novas configurações amorosas se dá justamente a partir da possibilidade de gozar da liberdade de escolha e da construção de relacionamentos que sejam da maneira como cada um desejar.

O poliamor, forma de relacionamento amorosa mais disseminada dentre os vários modelos não monogâmicos, é caracterizado pela possibilidade de desenvolver duas ou mais relações afetivo-sexuais ao mesmo tempo desde que haja a concordância de todas as partes envolvidas. Sendo importante diferenciar a questão da poligamia, que pode ser confundida aqui, mas que se constitui por uma desigualdade de gênero já que existe apenas um poligâmico na relação, diferente do poliamor onde todos os (as) parceiros (as) podem vivenciar o amor em grupo e fora do casamento (PILÃO; GOLDENBERG, 2012). É considerado uma prática amorosa que visa privilegiar o campo dos afetos, afirmando que “é possível e eticamente adequado amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo” (ANAPOL, 1997; BARKER, 2005 apud JÚNIOR, 2018, p.47).

Entretanto, de acordo com Barker (2005) citado por Júnior (2018), é ainda muito difícil definir com precisão todas as formas do poliamor, tendo em vista o surgimento recente do assunto e a importância de incluir no campo dessas relações às diversas experiências e vivências amorosas. Elas podem ser relações abertas ou fechadas, trisais onde pode haver uma simetria

entre as três pessoas envolvidas ou mesmo uma hierarquia entre o casal principal e a pessoa incluída posteriormente, quadrados amorosos em que todos se relacionam diretamente e não há diferenciação de gênero no envolvimento entre os membros, pode ainda ocorrer de todas as pessoas se relacionarem ou não, casais mono/poli onde apenas um membro é monogâmico e outro poliamorista. Há uma rede fluida e dinâmica nessas relações e muito difícil de denominá-las.

Os relacionamentos abertos são constituídos por um tipo de contrato entre os indivíduos da relação, que de forma consensual é permitido estabelecer outras relações simultâneas, mas na condição de serem tratadas como secundárias. Já o swing, é configurado como uma prática de troca de casais em que, do mesmo modo consensual, há uma liberação sexual em encontros e lugares específicos de forma que o casal busca por uma experiência sexual com outros casais mas com exclusão de envolvimento afetivo (KESSLER, 2013), sendo formas mais restritas de se relacionar já que priorizam apenas a liberdade sexual, o que quebra um pouco com o ativismo pregado no adeptos da não monogamia que enfatizam a relevância de uma política dos afetos na construção de novas formas de existir que rompe com as normas monogâmicas (JÚNIOR, 2018).

Às relações livres, propagam o fim de qualquer preceito limitador entre os envolvidos. O indivíduo é livre para se relacionar e expressar afetivamente ou sexualmente com quem quiser, sem acordos ou regras (KESSLER, 2013), podem existir relações casuais ou duradouras, de acordo com os laços criados, interesse e afinidades, e que é independente dos seus outros relacionamentos. É também o nome dado a um movimento social originado no Brasil nos anos 2000 que estabelece conexão entre os vários grupos não monogâmicos e se caracteriza como “uma forma consensual e militante de não monogamia” (JÚNIOR, 2018). Não diz respeito apenas a uma diversidade de amores, mas em dar destaque para a liberdade e autonomia dos indivíduos das relações. Cada um deve ter liberdade o bastante para escolher sobre às relações que gostaria de manter, sendo também colocado em prática a responsabilidade, a honestidade e o consenso entre os membros envolvidos, mas a liberdade pessoal não é algo negociável dentro dessas relações (BARBOSA, 2011; PILÃO, 2012 apud JÚNIOR, 2018).

Existe ainda muitas práticas amorosas surgindo na contemporaneidade, mas não são discutidas ou disseminadas, uma vez que é muito difícil definir a maneira como cada indivíduo ama e se relaciona com outras pessoas. O que foi discutido até aqui diz respeito a algumas configurações amorosas que vão além dos padrões monogâmicos tidos como imperativos da sociedade patriarcal e que propaga uma série de condutas e regras que muitas vezes retira a

autonomia e liberdade da expressão de potencialidades do indivíduo, causando conflitos emocionais e psicológicos entre a moral social e a expressão dos desejos.

4 A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA COMO POSSIBILIDADE PARA EFETIVAÇÃO DA LIBERDADE

O indivíduo está intimamente relacionado ao contato que estabelece socialmente, ele é afetado e afeta o outro, está “afetivamente presente no mundo e a existência é um fio contínuo de sentimentos mais ou menos vivos ou difusos, que podem mudar e se contradizer com o passar do tempo e de acordo com as circunstâncias.” (LE BRETON, 2009 apud XAVIER, 2014, p.15). O sujeito é construído através de suas relações sociais e, portanto, um ser em constante mudança, uma vez que é atravessado pelo outro e suas relações frequentemente.

E, de acordo com as contribuições de Carl Rogers para a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), acredita-se que o indivíduo é em seu íntimo um organismo merecedor de confiança, onde ele tem em si uma tendência natural ao crescimento e ao desenvolvimento de todas às suas potencialidades, a autocompreensão e a modificação do seu autoconceito, suas atitudes e comportamento autodirigido. Mas, para isso, é preciso favorecer atitudes psicológicas facilitadoras que vão contribuir não só para o ambiente clínico, mas para todo e qualquer relacionamento. Pois, a ACP se constitui não apenas como uma abordagem, mas enquanto uma política e uma visão de mundo (ROGERS; ROSENBERG, 1977).

Supõe-se que o indivíduo possui o poder de escolha, tendo liberdade para isso mas também responsabilidade por elas, levando em consideração a existência de fatores externos que podem prejudicar a sua tendência natural ao crescimento, mas entendendo que existe no indivíduo uma liberdade para sustentar uma posição mesmo diante de condições limitadoras, “a liberdade de aceitar, rejeitar e tomar decisões diante de seus instintos, de suas características herdadas e do meio que a cerca.” (ROGERS; ROSENBERG, 1977, p.4).

Às escolhas do indivíduo, são assim consideradas por Rogers, “expressões da busca pela autorrealização, pelo crescimento integrado.” (ROGERS; ROSENBERG, 1977, p.12). É a nossa liberdade de ser o que se é, de sentir e poder escolher diante das possibilidades apresentadas de maneira autêntica e integral. Entretanto, é uma ilusão pensar nessa liberdade de maneira irrestrita pois, há todo um composto de regras e padrões que tensionam sua efetivação. Às instituições, imposições e repressões sociais atuam de modo a influenciar o indivíduo a seguir os modelos convencionais e estruturados na sociedade e que afetam o modo

de vida dessas pessoas, criando conflitos entre às estruturas externas e intrapessoais que dificultam o pleno exercício dessa liberdade (ROGERS; ROSENBERG, 1977).

Segundo Rogers e Stevens (1977), essa liberdade é definida enquanto:

(...) algo íntimo, alguma coisa que existe na pessoa viva, independentemente de qualquer das escolhas de alternativas em que tão frequentemente pensamos como constituintes da liberdade. (...) É o peso de ser responsável pelo eu que a pessoa decide ser. É o reconhecimento, pela pessoa, de que é um processo emergente, e não um produto final estático (ROGERS; STEVENS, 1977, p.59).

E, essa vivência de liberdade enquanto algo existente em seu íntimo, proporciona a expressão de potencialidades que contribui para que o indivíduo se torne humano na relação com o outro. Sobretudo, ao perceber que essa vivência acontece a partir de uma relação afetiva e compreensiva onde o indivíduo sente-se livre em escolher e ser o que puder ser, facilitando o crescimento e a liberdade do mesmo (ROGERS; STEVENS, 1977).

Essa relação à qual Rogers se refere, acompanha-se de três atitudes facilitadoras que, quando colocadas em práticas e estabelecida enquanto base de um relacionamento, deve possibilitar um crescimento pessoal ao outro (ROGERS; ROSENBERG, 1977). Elas se configuram no tripé do processo terapêutico da ACP, que serão descritas a seguir, e promove uma relação de ajuda entendida como “uma relação na qual pelo menos uma das partes procura promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida.” (ROGERS, 1978, p.43).

Para a facilitação de transformação pessoal no indivíduo, observou-se que quando o psicoterapeuta possui uma relação autêntica com o cliente, quando exprime de maneira ampla os sentimentos e atitudes que lhe ocorrem no momento, quando é aquilo que se é dentro da relação presente, configura-se então como uma condição de congruência. É o entendimento de que os sentimentos experienciados no momento presente daquela relação estão disponíveis a ele, podendo inclusive ser comunicado se assim achar necessário (ROGERS, 1978).

A segunda condição presente nesse processo, de acordo com Rogers (1978), é conhecida enquanto uma consideração positiva incondicional, onde o terapeuta está pronto a aceitar o seu cliente e aquilo que está nele, seja qual for o sentimento que esteja exposto no momento, onde:

(...) o terapeuta se preocupa com seu cliente de uma forma não possessiva, que o aprecia mais na sua totalidade do que de uma forma condicional, que não se contenta com aceitar simplesmente o seu cliente quando este segue determinados caminhos e desaprová-lo quando segue outros (ROGERS, 1978, p.65).

A terceira condição que se apresenta nessa relação é definida como compreensão empática, em que há uma compreensão do que o outro sente e expressa sem procurar julgar ou analisar tais sentimentos e atitudes, conseguindo ainda comunicar essa compreensão ao cliente. Quando alguém é então sensível aos sentimentos e às experiências vividas pelo indivíduo a possibilidade da mudança acontecer aumenta (ROGERS, 1978).

Conforme o indivíduo vivencia essas atitudes no processo de relação terapêutica, ele começa a perceber em si uma capacidade de escutar a si mesmo, de aceitar-se, torna-se mais consciente de si e expressar-se da maneira como realmente é. “À medida que estas transformações vão se operando, o indivíduo descobre que afinal é livre para se modificar e para crescer nas direções naturais do organismo humano.” (ROGERS, 1978, p. 67).

O pressuposto humanista, no qual se baseia a teoria de Rogers, parte do pensamento da autonomia, em que o ser humano possui um poder sobre as determinações que o afetam, sendo este mais pertinente para o desenvolvimento do que às próprias determinações (representações sociais, motivações inconscientes, ambiente físico, meio social, etc.). E, é no trabalho psicológico, que deve existir um espaço para o diálogo onde esse poder seja promovido pois, acredita-se na autonomia crescente do ser humano e na produtividade da relação inter-humana. Existindo dentro dessa abordagem, um diálogo produtivo que seja ao mesmo tempo aceitador, compreensivo e autêntico na intenção de se fazer presente como uma pessoa inteira e não apenas um profissional (AMATUZZI, 2012).

Entretanto, segundo AmatuZZi (2012), a ACP se configura não apenas enquanto técnica do seu campo clínico, mas se constitui enquanto uma ética nas relações humanas, nas atitudes e valores implícitos do agir. Onde, os valores humanos que embasam e estruturam essa abordagem, são descritos enquanto: a valorização de pessoas em que, “as pessoas se respeitem como possuidoras de valor absoluto, que não se imponham umas às outras, e entendam que, solidariamente, chegarão ao melhor resultado.” (AMATUZZI, 2012, p.23); A comunhão inter-humana, onde os indivíduos procuram compreender de forma recíproca a integralidade de cada um e a honestidade em relação às diferenças, onde cada um seja verdadeiro diante da situação vivenciada em união.

Esses valores, atitudes e experiências trazidas por Rogers, como já dito anteriormente, encontram-se não apenas no ambiente clínico do processo terapêutico, mas se ampliam para outros campos das relações interpessoais, a exemplo disso às relações conjugais. Onde o mesmo, aponta para o paradoxo que se constitui na formação de um relacionamento apto a se desenvolver pois, quanto mais os parceiros expandem a sua própria personalidade maior a

probabilidade da relação progredir, tendo em vista que uma união se constitui de duas (ou mais) pessoas que possuem e desenvolvem a sua própria individualidade (ROGERS, 1976).

E, para a construção de relacionamentos libertadores que podem propiciar o crescimento individual e mútuo, Rogers (1976) elenca quatro atitudes que favorecem o desenvolvimento dessas relações: compromisso e dedicação na construção de um relacionamento satisfatório para as partes, entendendo que este se faz de uma relação conjunta e compartilhada enquanto “uma corrente que flui, e não como uma estrutura estática que pode ser considerada incontestável.” (ROGERS, 1976, p.200-201); A comunicação sincera e receptiva do que se sente em relação ao outro, se arriscando a compartilhar sentimentos, sejam eles positivos ou negativos; Atuar de maneira a atender sentimentos internos e não expectativas alheias e imposições sociais e por fim, desenvolver suas personalidades únicas e de maneira separada, entendendo que ambos podem experienciar uma diversidade de sentimentos reais e se sentirem livres para compartilhar com seu companheiro, de maneira em que às partes cresçam juntas e também apoie o crescimento um do outro sem perder às suas particularidades.

Percebe-se que às atitudes facilitadoras para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo assemelham-se às atitudes para a manutenção de relacionamentos libertadores, tendo em vista que ambas reconhecem a importância da exposição sincera dos sentimentos vivenciados, aceitação pelo outro de maneira integrada e receptividade aos seus sentimentos, de modo a proporcionar uma liberdade, frente às possibilidades apresentadas, de escolher o que puder e quiser ser.

Onde, observa-se ainda, nos ideais disseminados pelos relacionamentos não monogâmicos, que essas novas configurações de amor tem se constituindo enquanto uma diversidade de opções na busca por expressão de subjetividades e pela liberdade de escolha, nos responsabilizando de maneira autônoma e proporcionando liberdade para o outro, dentro das relações, para ser o que ele é e o que tem possibilidade de ser. E que Rogers (1976) coloca muito bem na sua última atitude para relações satisfatórias ao dizer que os indivíduos de uma relação crescem juntos e apoiam um ao outro, mas não se confundem e nem se escondem um do outro, entendendo que é preciso saber se posicionar internamente para que qualidades naturais apareçam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de se investigar se os modelos amorosos não monogâmicos se constituem em experiências de efetivação da liberdade, observou-se através do contexto

histórico e cultural da monogamia, que esta se constrói através de estruturas e instituições sociais que implicam nas relações conjugais e na maneira como vivenciamos o amor, sustentando ainda uma repressão de sentimentos e da maneira como expressamos a nossa sexualidade.

E, ainda que as transformações sociais e movimentos políticos e de contracultura tenham contribuído para a quebra de paradigmas culturais e efervescência de novos modelos e estilos de vida que subvertem os sistemas limitadores da sociedade, apresentar às novas configurações de amor na contemporaneidade não se constitui enquanto uma tarefa fácil, existindo grande dificuldade em definir ou descrever todas as formas de amar da atualidade já que cada indivíduo possui uma maneira de amar e se relacionar de maneira diferente de cada um.

Sendo possível compreender a Abordagem Centrada na Pessoa como uma ética atuante nas relações humanas que considera a aceitação positiva incondicional, empatia e congruência como atitudes facilitadoras para desenvolver o potencial de mudança em cada indivíduo e possibilitar a efetivação de liberdade, enxergando o indivíduo enquanto ser autônomo e responsável.

Percebe-se então, que todas as atitudes descritas por Rogers, tanto às de desenvolvimento das possibilidades e crescimento do ser quanto aquelas para a manutenção de relacionamentos libertadores, se assemelham de uma forma a considerar sentimentos individuais, a compartilhá-los de maneira autêntica e a receber, compreender e aceitar os sentimentos do outro, de modo que quando vivenciado na prática, os indivíduos e às relações tendem a se transformar e reconhecer uma liberdade de expressão de todas as suas possibilidades, relacionando-se ainda aos discursos não monogâmicos que abrem espaços para outras oportunidades de vivências amorosas e sentimentos que só serão experienciados se colocados em prática a responsabilidade, honestidade e a liberdade pessoal.

Frente às possibilidades de pesquisas que podem ser desenvolvidas ao considerar o amor enquanto uma construção social sujeita a transformações, principalmente na modernidade, tem-se o modelo patriarcal como limitante das possibilidades de serem elaboradas, desenvolvidas e aplicadas novas configurações de amor, atuando de forma a reforçar padrões comportamentais construídos e que se inserem nas perspectivas conjugais. Torna-se evidente que o crescente movimento das pluralidades de escolhas para viver da maneira que se é, como expressão autêntica de si mesmo, aponta para a visualização de diversas barreiras a serem desconstruídas. E, que toma-se como relevante considerar os contextos em que se apresentam tais perspectivas, como às questões sociopolíticas e econômicas nas quais os indivíduos encontram-se inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?** São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade:** velhas e novas configurações. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, Junho 2002.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Movimentos feministas.** *Revista Insurgência*, Brasília, v. 1, n. 1, p.198-210, 01 jan. 2015.
- BORNIA JUNIOR, Dardo Lorenzo. **Amar é verbo, não pronome possessivo:** etnografia das relações não-monogâmicas no sul do brasil. 2018. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem a favor:** estudos sobre o amor romântico; Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- COSTA, Tatiane; BELMINO, Marcus Cézar. **Poliamor:** da institucionalização da monogamia à revolução sexual de Paul Goodman. *Revista Igt na Rede, Brasil*, v. 12, n. 23, p.424-442, Setembro de 2015.
- COSTA, Tatiane; BELMINO, Marcus Cézar. **Poliamor:** entre a institucionalização e a transgressão. *Tempo da Ciência, Toledo*, v. 24, n. 48, p.77-86, jul. 2017.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas; tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOMÉZ, C. H. **Grandes mitos del romanticismo patriarcal:** el mito de la monogamia y el mito de la heterosexualidad. Costa Rica, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. 102 p.
- HEILBORN, Maria Luiza. “**Fronteiras simbólicas:** gênero, corpo e sexualidade”. *Cadernos Cepia* nº 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 73-92.
- LINS, R. N. **O livro do amor, volume 1:** da Pré história à Renascença; Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.
- LINS, R. N. **O livro do amor, volume 2:** do Iluminismo à atualidade; Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 127 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista** - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

PILÃO, A. C.; GOLDENBERG, M. **Poliamor e Monogamia: Construindo Diferenças e Hierarquias**. Ártemis, Rio de Janeiro, V. 13, n., janeiro de 2012. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/14231/8159>.

ROGERS, Carl; STEVENS, Barry. **De pessoa para pessoa: o problema de ser humano**. 2. ed. São Paulo: Novos Ubrais, 1978.

ROGERS, Carl; ROSENBERG, Rachel L. **A pessoa como centro**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1977.

ROGERS, Carl R. **Novas formas do amor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1977.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMUEL KESSLER, Cláudia. **Novas formas de relacionamento: fim do amor romântico ou um novo amor-consumo?** Sociedade e Cultura, vol. 16, núm. 2, julho-diciembre, 2013, pp. 363-374 Universidade Federal de Goiás Goiania, Brasil.

SILVA, Claudilma Marques Mendes da et al. **Contracultura x Cauda longa: o movimento Hippie e seu legado**. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 17, 2015, Natal. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Natal: Intercom, 2015. p. 1 - 10.

XAVIER, Maria Rita Pereira. **O amor em tempos de internet: as expectativas amorosas na rede social Badoo**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

World Health Organization. **Brief sexuality-related communication: recommendations for a public health approach**. WHO; 2015.